AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

NÁDIA VELLEDA CALDAS; FLÁVIO SACCO DOS ANJOS; ITAMARA MEZZALIRA; GLACIELE BARBOSA VALENTE; HENRIQUE VIGHI SCHILLER;

FAC ENGENHARIA AGRÍCOLA/UFPEL

PELOTAS - RS - BRASIL

nvcaldas@ufpel.edu.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

A EVOLUÇÃO RECENTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL EM QUATRO REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo

Resumo
O artigo analisa a importância da previdência social rural na dinâmica da agricultura familiar gaúcha. Aborda os efeitos do processo de universalização da seguridade social em face das mudanças decorrentes da promulgação da nova constituição de 1988. O estudo desenvolveu-se com base em pesquisa realizada em quatro áreas de estudo correspondentes às microrregiões de Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo, respectivamente situadas no sul, nordeste, norte e noroeste da geografia gaúcha. Os resultados indicam que as aposentadorias e pensões são essencialmente importantes na perspectiva da redução das desigualdades. Elas representam uma importante fonte de renda para as famílias e para a economia dos municípios. Além disso, a pesquisa analisou a evolução do número e valor das aposentadorias e pensões rurais durante os anos 2001 e 2006 nas quatro microrregiões aludidas. Se a década de 1990 mostra uma expansão substancial no sistema, nos seis primeiros anos do século XXI reduzem-se as taxas de incremento no número de aposentados e pensionistas no Estado do Rio Grande do Sul. Esse dado é importante na medida em que contraria algumas posições que insistem na necessidade de rever a forma de concessão de benefícios à clientela rural, por conta do incremento no número de aposentados e pensionistas, tendência esta que não se viu confirmada no marco dessa pesquisa.
Palavras-chaves: previdência social, agricultura familiar, políticas públicas.

Abstract
The paper analyzes the importance of rural social welfare in the family farming. It approaches the effects of the universalization process of social welfare considering the changes resulting from the declaration of the 1988 Constitution. The study was developed based on a research performed in four areas of study, corresponding to the micro-regions of Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen and Cerro Largo, which are situated in the south, northeast, north and northwest of the geography on the Rio Grande do Sul respectively. The results show that the retirements and pensions are essentially important under the perspective of reducing inequalities. They represent an important income source for the families as well as for the economy of these settlements. Besides, the research analyzed the evolution of the number and value of rural retirements and pensions for the years 2001 and 2006 in the four above mentioned micro-regions. If the decade of 1990 presents a substantial expansion in the system, the raising rates are reduced in the first six years of the XXI century for the number of retirement and pension holders in the State of Rio Grande do Sul. This data is important as it contradicts some opinions which insist upon the need to review the ways of granting benefits to the rural clientele, on account of the increase in the number of such holders, a trend which was not confirmed in the course of the present research.
Key Words: social security, family farming, public policies.

1 INTRODUÇÃO

Tornou-se um lugar comum afirmar que a previdência social rural é um dos principais responsáveis pela redução das desigualdades regionais e pela redistribuição da riqueza num país de dimensões continentais como o Brasil. As evidências desse fato são indiscutíveis para os que experimentam o contato direto com as pequenas localidades do país, cuja dinâmica das atividades sociais e econômicas é cada vez mais regida pelo compasso do calendário de pagamentos dos benefícios previdenciários.

Estudos como o de Calsavara (2001); Bezerra (2006); Medeiros, Brito e Soares (2007) figuram entre uma gama de trabalhos que corroboram esse entendimento sobre o papel exercido pela previdência atual conjuntura brasileira. Estes trabalhos não despertam atenção apenas por seu valor intrínseco, ajudando-nos a compreender a evolução recente dessa política pública, mas sobretudo por alimentar uma posição clara no seio de um debate político travado entre os que defendem uma reforma profunda no regime previdenciário, alterando as regras que regem a concessão de benefícios, e os que buscam não apenas preservar tais conquistas, mas ampliar a cobertura da previdência e alcançar segmentos da população e formas de trabalho[1] que permanecem ainda sob o manto da "invisibilidade oficial".

O presente artigo se identifica com o objetivo de trazer novos dados e informações correspondentes a esse debate, tendo em vista os resultados de uma pesquisa recente desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul com o apoio do CNPq e do Instituto Nacional de Seguridade Social. Além dessa breve introdução, o artigo se desdobra em cinco outras secções, sendo a segunda delas dedicada a apresentar o problema de pesquisa, ao passo que a terceira descreve o marco metodológico que orientou a coleta de dados e informações. A quarta seção reúne informações sobre o universo da pesquisa, com ênfase nos dados sobre a evolução recente da população ativa e inativa gaúcha. A quinta aponta os resultados da pesquisa, demonstrando a evolução recente das aposentadorias e pensões no contexto das

[1] Exemplo claro desse debate corresponde à discussão presente no Brasil e em diversos países do mundo sobre o trabalho doméstico executado sobretudo por mulheres que reivindicam a atenção do Estado no sentido de adjudicar-se o recebimento de aposentadoria.

quatro áreas de estudo investigadas. A sexta e última seção reúne as grandes conclusões do trabalho.

2 O PROBLEMA DE PESQUISA

Transcorridos quase vinte anos da promulgação da constituição brasileira, as opiniões de analistas políticos e cientistas sociais se dividem quanto aos avanços e retrocessos que a nova carta magna foi capaz de engendrar na perspectiva da redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais. Há, entretanto, um certo consenso quando a discussão recai sobre o tema da previdência social rural. O marco fundamental das mudanças coincide com o surgimento das leis 8.212 e 8.213 que instituem a condição de "segurado especial" aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, entendida aqui como inexistência de contratação de mão-de-obra permanente ou eventual.

Não se trata da simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade e permanentemente refém dos caprichos da natureza, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o país contraiu ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais imprescindíveis. Como é sabido, as aludidas leis estabelecem a idade mínima de 55 e 60 anos, respectivamente, para mulheres e homens rurais perceberem o benefício de aposentadoria, independente de contribuição ao regime previdenciário.

Os benefícios pagos à clientela rural[2] representam, não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, como indicam certos estudos, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou subempregados, assim como de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho.

Por outra parte, estudos recentes (ver BALSADI, 2005) dão conta de que apenas no período compreendido entre 1999 a 2003 desapareceram 963 mil empregos no setor agropecuário, dado que expressa a dimensão das transformações que grassam no campo brasileiro nesse começo de milênio no que afeta à ocupação da população rural. Seguramente é esta uma das formas através dos quais torna-se possível entender o crescimento do que se poderia genericamente chamar-se de "novos atores sociais" no campo brasileiro. Este entendimento compõe parte das conclusões apontadas pelo Projeto Rurbano, cujas pesquisas trazem à tona a existência de novas dinâmicas que atravessam, desde o final dos anos 1980, os espaços rurais e as regiões não-metropolitanas de nosso país. Entre outros aspectos, é destacado o papel que desempenham as rendas e atividades não-agrícolas, não só para a permanência da população no campo (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas, sobretudo, para a viabilização de amplos setores da agricultura familiar.

O elemento novo que aportam alguns destes estudos, e que suscita um interessante debate entre os estudiosos, prende-se à discussão sobre uma outra questão, qual seja, a de que num contexto geral em que se reduziram os apoios gerais à agricultura, e isso foi particularmente decisivo nos anos oitenta e noventa, em meio ao fim do crédito rural subsidiado, houve também a abertura da economia ao ingresso de produtos importados e um escasso apoio ao setor familiar da agricultura nacional. Diante dessa conjuntura, os chamados recursos previdenciários estariam assumindo o papel de uma espécie de 'seguro-agrícola' ante

[2] As expressões "clientela rural" e "clientela urbana" referem-se, segundo o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, aos beneficiários do perímetro rural e urbano, respectivamente.

a reiterada instabilidade dos mercados e a precariedade das políticas de apoio às atividades agrícolas. É esta a conclusão essencial formulada em alguns estudos como os de Delgado e Cardoso Jr. (1999 e 2000).

Concretamente, eles indicam que os benefícios previdenciários estariam, indiretamente, financiando as atividades produtivas em lugar de servirem, como dever-se-ia esperar, de instrumento exclusivo da sobrevivência dos indivíduos e de seus familiares. Não há como negar que, ao instituir 55 e 60 anos como idade mínima para que, respectivamente, mulheres e homens rurais requeiram a aposentadoria, independente do tempo de contribuição, ampliou-se enormemente a cobertura do sistema previdenciário, quadro este reforçado pelo fato de que nas duas últimas décadas houve um sensível incremento na esperança de vida da população em geral. Do mesmo modo, estudos como o de David et al (1999) ressaltam o papel da previdência social rural enquanto instrumento de combate à pobreza rural.

Diante desse contexto, caberia indagar: são legítimas e inequívocas as teses defendidas por setores políticos que propugnam uma mudança radical nas regras de concessão de benefícios e aposentadorias, mormente as que afetam à população rural, diante de uma suposta expansão no universo de beneficiários? Em outras palavras, poder-se-ia perguntar: em que medida são corretas as posições que alegam o incremento na expectativa de vida da população como responsável pelo futuro comprometimento do sistema previdenciário, particularmente em estados como o Rio Grande do Sul, conhecido nacionalmente pela longevidade de sua população? São estes, portanto, os questionamentos que motivaram a realização do presente trabalho, cuja resposta aponta no sentido de reafirmar a inconsistência dos argumentos que advogam o fim da condição de segurado especial[3] para agricultores familiares de nosso país.

3 MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

Antes de abordar os procedimentos metodológicos que orientaram a realização dessa investigação, convém reafirmar que partimos da premissa de que a agricultura familiar representa uma noção que identifica uma forma social de produção específica, portadora de uma lógica de funcionamento peculiar no qual família e trabalho estão inextricavelmente associados. Os traços constitutivos da agricultura familiar aparecem claramente expressos no estudo desenvolvido por Gasson e Errington, cujo conceito serviu de referencial para levar a cabo a pesquisa em tela. Para esses autores, a agricultura familiar representa uma forma social de produção em que:

> [...] a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva. (GASSON E ERRINGTON, 1993).

Aceitar esses critérios de definição como válidos e adequados aos objetivos da pesquisa, não implica desconhecer a enorme diversidade de situações que se ocultam no universo da agricultura familiar brasileira e gaúcha, em particular. Servimo-nos dessas

[3] *Segurados especiais* são assim considerados os produtores rurais (proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários e comodatários) e pescadores artesanais, que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar sem empregados, ainda que com ajuda eventual de terceiros. Quando o regime é de economia familiar, enquadram-se como segurados especiais os cônjuges (marido e mulher) e os filhos maiores de 14 anos não emancipados que comprovadamente trabalham com o grupo familiar. A contribuição ao sistema ocorre através de um desconto de 2,2% na comercialização dos produtos agropecuários.

referências para demarcar, com algum grau de coerência e concisão, o recorte de realidade proposto.

Com relação ao uso de metodologias de investigação, é importante mencionar que nos valemos de duas grandes fontes de informação. A primeira delas compreende as estatísticas geradas a partir do Projeto Rurbano, envolvendo os dados retrabalhados referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Valemo-nos dessa fonte no sentido de abordar a evolução de ativos e inativos no meio rural gaúcho, tanto no nível das famílias rurais extensas quanto dos indivíduos, assim como para enfocar a evolução demográfica recente no Estado do Rio Grande do Sul.

A segunda das fontes envolve o exame da realidade a partir dos dados que foram coletados junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cujo objetivo foi realizar uma análise sobre a evolução no número e valor dos benefícios (rurais e urbanos) para cada um dos 64 municípios que integram as quatro microrregiões gaúchas estudadas (Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo), no período compreendido entre os anos 2001 e 2006.

É importante frisar que, contrariamente ao que muitos imaginam, os benefícios da seguridade social não se resumem a aposentadorias e pensões. A previdência social prevê um leque amplo e diversificado de instrumentos de atuação, em que pese a existência atual de 89 tipos de benefícios que para efeitos do presente estudo tiveram de ser reclassificados segundo sua natureza e tipo de clientela (rural ou urbana) para dar cabo das questões a que nos propomos responder na investigação proposta. Os dados foram obtidos diretamente junto às Gerências Regionais do INSS (Pelotas, Caxias do Sul, Passo Fundo e Ijuí), sendo que a tarefa posterior foi separá-los por tipo e natureza dos benefícios em cada um dos 64 municípios que conformam as quatro microrregiões estudadas.

4 O UNIVERSO ANALÍTICO: A AGRICULTURA FAMILIAR E A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

4.1 A agricultura familiar no Rio Grande do Sul

Os dados do último censo agropecuário (1995-1996) indicam a existência de 429.958 estabelecimentos agrícolas no Rio Grande do Sul, sendo que 92% deles têm menos de 100 hectares, muito embora absorvam escassos 32% da área agrícola total. Segundo a metodologia adotada pelo Projeto FAO – INCRA[4], baseada nos dados do último censo agropecuário (IBGE, 1998), e que leva em conta, fundamentalmente, o tamanho dos estabelecimentos rurais e a importância da força de trabalho nos processos produtivos, 91,8% dos estabelecimentos rurais gaúchos são de caráter “familiar”.

Esse setor compreende aproximadamente 394 mil estabelecimentos rurais que concentram 40,9% do solo agrícola disponível, destacando-se em atividades como a produção de leite, suinocultura, avicultura, tabaco, fruticultura de clima temperado e inclusive na produção de soja. A mesma fonte indica que os estabelecimentos familiares respondem por 57,7% do valor bruto da produção agropecuária nessa unidade federativa brasileira.

[4] A delimitação do universo da agricultura familiar adotada pelo Convênio INCRA-FAO baseou-se, essencialmente, em dois critérios: O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Ver a propósito: http://200.252.80.30/sade/documentos.asp

4.2 A evolução recente da população ativa e inativa no Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul conta, atualmente, segundo os dados do último censo demográfico (2000), com 10,18 milhões de habitantes, sendo respectivamente residentes 81,6% e 18,4% das pessoas no espaço urbano e rural, com base nos critérios adotados pelo IBGE, tal como revelam os dados da Tab.1.

É sabido que as duas últimas décadas inauguram um novo padrão demográfico no qual há um acentuado declínio nas taxas anuais de crescimento populacional. Assim, se entre 1970 e 1980 a população gaúcha total havia crescido a uma taxa equivalente a 1,55%, no período subseqüente (1980-1991), ela cai para 1,48% e apenas 1,1% no último período intercensitário (1991-2000), sendo a mais baixa entre todas as unidades federativas brasileiras. Esse dado reflete, sobretudo, a queda nas taxas de fecundidade total.

Com relação à população rural é possível constatar que já na década de 1960 ela era inferior à urbana, em que pese o fato do período 1970-1980 haver coincidido com um descenso demográfico bastante pronunciado em termos absolutos e relativos, como resultado do êxodo decorrente da modernização da agricultura.

Há, não obstante, outros fenômenos que devem ser aqui sublinhados. Nesse contexto, a década de 1990 aparece associada, como mostram os dados da Tab.2, por um crescimento substancial no número de aposentados e pensionistas no espaço rural gaúcho.

Essa tendência é reflexo direto do processo de envelhecimento, coincidindo também com uma queda na fecundidade total, que vêm incidindo não somente nessa unidade federativa como em outros estados brasileiros, tal como indicam estudos recentes (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2003). O crescimento no número de aposentados e pensionistas reflete também o impacto da expansão do sistema previdenciário com as mudanças introduzidas na seguridade social a partir da promulgação da nova constituição.

No intervalo de tempo compreendido entre 1970 e1980 a população rural decresceu a um ritmo anual equivalente a -2,08%, ao passo que entre 1980 e 1991 ela atinge um valor um pouco mais baixo (-1,48%), mas ainda negativo. No último período analisado (1991-2000) ela atinge -0,4%. Esses dados parecem indicar que houve uma redução das taxas de fecundidade no âmbito rural, acompanhada de um arrefecimento no fluxo migratório campo-cidade.

Tabela 1 – Evolução da população total, urbana e rural e participação percentual no Rio Grande do Sul, entre os anos 1970 e 2000.

População	1970		1980		1991		2000	
	Nº hab.	%	Nº hab.	%	Nº hab.	%	Nº hab.	%
Urbana	3.553.006	53,3	5.250.940	67,5	6.996.542	76,6	8.317.984	81,6
Rural	3.111.885	46,7	2.522.897	32,5	2.142.128	23,4	1.869.814	18,4
Total	6.664.891	100,0	7.773.837	100,0	9.138.670	100,0	10.187.798	100,0

Fonte: Censos Demográficos,1970, 1980, 1991, 2000 (IBGE).

Como mostra a Tab.2, a mais alta taxa anual de crescimento (5,1%) é constatada justamente no coletivo de aposentados e pensionistas rurais, no período compreendido entre os anos 1992 e 1999, num contexto, como visto anteriormente, de baixas taxas de incremento da população total.

Outro dado que chama a atenção é o número de pessoas não-ocupadas ao longo do mesmo período. Esse dado é resultante de uma série de causas entre as quais figuram as restrições do mercado de trabalho em incorporar a força de trabalho, em meio a uma década

marcada, como é sabido, pelo impacto do ajuste fiscal e da redução de investimentos públicos na geração de empregos e novas oportunidades de renda e trabalho.

Infelizmente não dispomos de dados específicos sobre o comportamento dessa categoria, para o mesmo intervalo de tempo, no ambiente rural, mas parece plausível supor que, sob a égide do incremento das taxas de produtividade dos fatores de produção na agricultura, muitos dos desocupados permaneceram nos estabelecimentos rurais por conta da sustentação material oferecida por aposentados e pensionistas integrados ao sistema de seguridade social e por outros tipos de transferências governamentais.

4.4 A previdência social rural e sua importância no Rio Grande do Sul

Conforme é sabido, a previdência social rural sofreu importantes mudanças a partir da promulgação da constituição de 1988 e de legislação complementar a qual, entre outros aspectos, acarretou: a) a extensão de benefícios à clientela "rural", até então pagos exclusivamente à "urbana"; b) a garantia do direito de aposentadoria às mulheres rurais ao atingirem 55 anos; c) a redução da idade mínima de 65 para 60 anos no caso dos homens para adjudicar-se o direito à aposentadoria em regime especial.

Diante dessas mudanças, houve, por certo, uma ampliação substancial no número de aposentados e pensionistas no espaço rural brasileiro e gaúcho[5], em especial, diante da elevada esperança de vida da população, se comparada com a de outras unidades da federação, tal como mencionamos anteriormente. Esse incremento não passou despercebido pelos estudiosos do tema, organizações de direito civil e privado, bem como por membros de partidos políticos que defendem a reforma da previdência. No bojo dessas propostas de mudanças, vem sendo aventada, com considerável insistência, a tese da supressão do que alguns definem como privilégios da clientela rural, transcorridos apenas 15 anos da implementação das mudanças supra referidas. A justificativa para tanto prender-se-ia ao fato de que o crescimento no número de aposentadorias e pensões rurais verificado nos anos 1990, tal como descrevemos anteriormente, repercutiria no sentido da ampliação ininterrupta dos recursos gastos pelo Estado na garantia desses benefícios nos anos subseqüentes.

Tabela 2 – Evolução da população total, de aposentados e pensionistas urbanos e rurais no Rio Grande do Sul, Brasil, período 1992−1999. (em 1.000 pessoas)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de incremento (% aa)	
								1992/99	1996/99
População total	9.246,8	9.355,5	9.572,2	9.678,4	9.787,2	9.891,9	9.996,5	1,1***	1,1***
População total não ocupada	2.913,0	3.006,3	3.204,9	3.384,6	3.393,4	3.511,8	3.509,0	2,9***	1,4**
Aposentados e pensionistas urbanos	655,71	732,12	752,82	838,38	783,39	835,99	873,92	3,6***	1,9
Aposentados e pensionistas rurais	110,23	132,37	161,70	159,87	146,42	154,74	172,34	5,1***	2,8
Total de aposentados e pensionistas	765,94	864,49	914,52	998,25	929,81	990,73	1.046,26	3,8***	2,1

[5] Segundo França (2003, p. 15), no Brasil, entre os anos de "[...] *1988 e 2003, a quantidade de benefícios pagos pela Previdência Social aumentou 84,5%, passando de 11,6 milhões de beneficiários. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada segurado da Previdência Social existem, em média, 2,5 pessoas atingidas de maneira indireta pelo pagamento*".

(***); (**); (*) indicam respectivamente significância ao nível de 5%, 10% e 20%. Fonte: Tabulações do Projeto Rurbano a partir das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE, 2000).

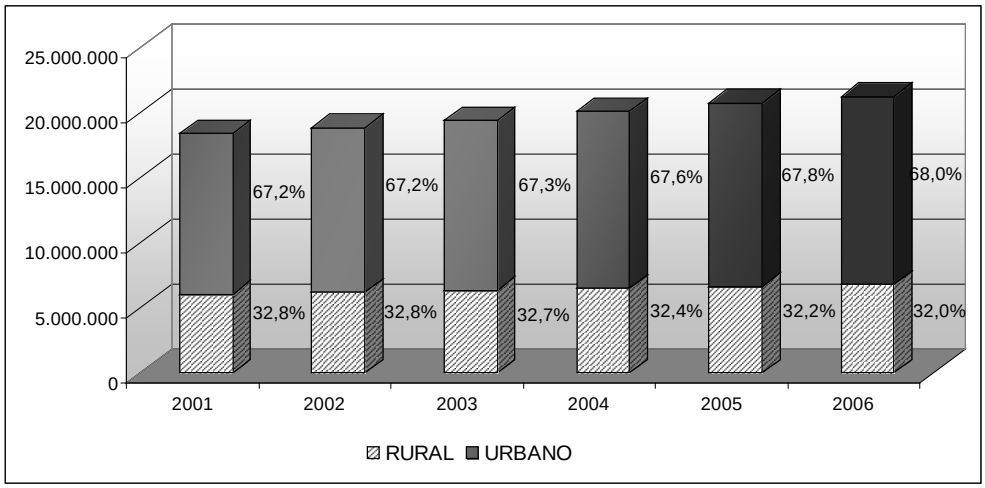
Todavia, essa tese não se sustenta diante de algumas evidências que nos parecem importantes sublinhar. Assim, se na década de 1990 o contingente de aposentados e pensionistas rurais cresceu a uma taxa anual equivalente a 5,1%, nos seis primeiros anos do novo milênio esse incremento viu-se reduzido substancialmente.

Os dados[6] de que dispomos mostram que o total de benefícios de prestação continuada[7] pagos ao conjunto da população gaúcha (urbana e rural) cresceu a uma taxa anual média equivalente a 0,29% no período compreendido entre 2001 e 2006. Entretanto, no âmbito rural a taxa de crescimento anual é ainda inferior, correspondente a escassos 0,20%.

Essa constatação aparece refletida na Fig.1 que informa a evolução do número de benefícios de prestação continuada no intervalo de tempo compreendido entre os anos 2001 e 2006. Ela mostra que em 2001 foram pagos 18.423.993 benefícios no Rio Grande do Sul, sendo 6.044.186 para a clientela rural e 12.379.993 para a clientela urbana. Em 2006 o total de benefícios dessa natureza viu-se incrementado em 15,4%, passando para 21.269.279. É interessante comprovar que a participação da clientela rural viu-se inclusive reduzida nos três últimos anos do ponto de vista de sua participação percentual no número de benefícios. Assim, como mostra a Fig.1, 32% dos benefícios pagos, em 2006, contemplam a população rural do Rio Grande do Sul.

Além do número de benefícios, é importante avaliar a evolução recente no valor dos benefícios para ambos coletivos (rural e urbano). Como indica a Fig.2, houve um crescimento na participação da "clientela rural" no conjunto de benefícios de prestação continuada da previdência social no Rio Grande do Sul. Em 2001 eles absorviam 18,7% do montante, passando para 20,4% em 2006.

Essa diferença considerável entre a participação percentual da clientela rural no número de benefícios (entre 32,8 e 32,0%) e no valor dos benefícios (entre 18,7% e 20,4%), ao longo do período analisado (2001 a 2006), deve ser imputada ao fato de que a esmagadora maioria dos benefícios rurais é inferior a 1 salário mínimo.



[6] Referimo-nos ao banco de dados que elaboramos a partir de pesquisa de campo realizada junto à Gerência Executiva do INSS em Pelotas, RS durante os anos 2006 e 2007 através de consultas e entrevistas realizadas com funcionários dessa instituição federal.

[7] Os benefícios de prestação continuada representam as aposentadorias, pensões e amparos pagos pelo INSS.

Figura 1 – Evolução do número de benefícios de prestação continuada, segundo o tipo de clientela no Rio Grande do Sul, 2001-2006. Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Pesquisa de Campo (2007).

Por outra parte, os dados da Tab.3 indicam o alcance dos recursos da previdência, confrontando o âmbito urbano e rural. A segunda coluna reúne o número de benefícios pagos à clientela urbana, rural e total em 2001, ao passo que a terceira coluna indica o número de pessoas com 60 anos e mais, segundo o último censo demográfico (2000). A quarta coluna mostra o quociente entre o número de benefícios mantidos e a população no intervalo etário proposto (60 anos e mais).

Como é possível perceber, apesar do valor reduzido[8] dos benefícios a cobertura da previdência social é bastante alta no âmbito rural. Assim, se para a população idosa urbana (60 anos e mais) há praticamente um benefício mantido por cada habitante, no âmbito rural o mesmo dado equivale a 1,61.

A explicação para isso está fundamentalmente no fato de que há muitos casos em que os beneficiários recebem sua aposentadoria e a pensão do cônjuge falecido. Isso é particularmente recorrente no caso das mulheres, tendo em vista a maior esperança de vida que possuem em relação aos homens. No meio urbano, as mulheres que atingirem 60 anos de idade só farão jus ao benefício da aposentadoria em caso de haverem contribuído, de alguma forma, ao sistema previdenciário. Há, com efeito, outros indicadores através dos quais é possível avaliar a importância assumida pela seguridade social no espaço rural. Em 2006, em termos médios, para cada um dos 429 mil estabelecimentos rurais existentes no Rio Grande do Sul, havia sido pago 1,17 benefício (amparo, aposentadoria ou pensão).

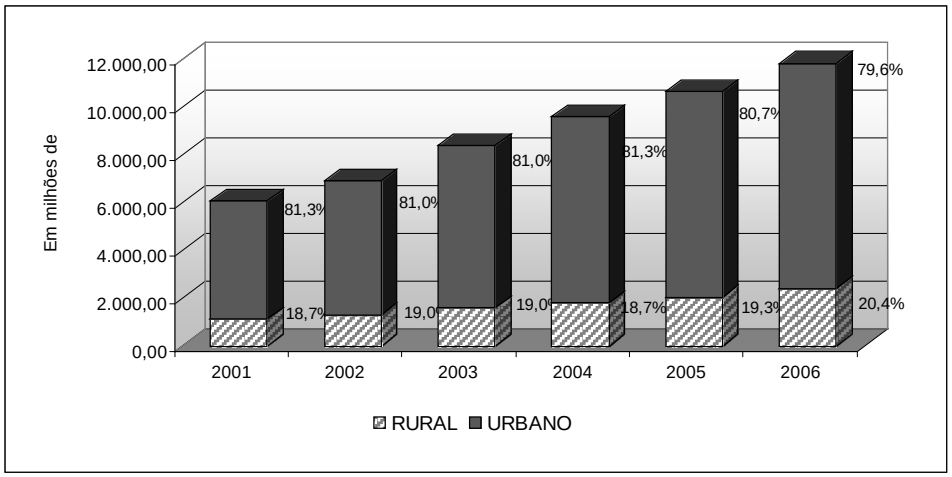


Figura 2 – Evolução do valor pago dos benefícios de prestação continuada, segundo o tipo de clientela no Rio Grande do Sul, 2001-2006. Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Pesquisa de Campo (2007).

Tabela 3 – Número de benefícios mantidos em 2001, número de pessoas com 60 anos e mais e quociente entre número de benefícios e de pessoas com 60 anos e mais no Estado do Rio Grande do Sul.

Clientela	Nº de benefícios (A)	Nº de pessoas com 60 anos e mais (B)	A/B
Urbana	1.031.650	1.085.329	0,95

[8] É importante mencionar que as aposentadorias de "empregador rural" são quase inexpressivas do ponto de vista do universo de benefícios mantidos pela previdência social. Nesse sentido, em 2006 representavam apenas 0,55% do valor total de benefícios pagos e por escassos 0,46% do total de benefícios pagos à clientela rural.

Rural	503.682	312.752	1,61
Total	1.535.332	1.397.881	1,10

Fonte: Pesquisa de Campo (2007).

5 O CONTEXTO EMPÍRICO: AS MICRORREGIÕES, OS ESTUDOS DE CASO E SUAS ESPECIFICIDADES

Como reiteramos anteriormente, o estudo desenvolvido corresponde a uma pesquisa realizada em quatro microrregiões da geografia gaúcha (Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo. Compreendem conjuntamente territórios em que predominam as explorações familiares do ponto de vista do número de estabelecimentos rurais, muito embora divirjam entre si diante de inúmeros fatores, sejam eles físicos, sociais, econômicos, ecológicos e culturais. Essa diversidade coincide, outrossim, com os distintos graus de desenvolvimento a que os municípios existentes em seu interior conseguiram atingir através do tempo.

Para a realização da investigação tornou-se imperativo eleger municípios representativos da microrregião a que se refere. No espaço a continuação são evidenciados os traços que permitem compreender as diferenças entre as áreas de estudo.Cumpre alertar para o fato de que se trata de uma descrição limitada e bastante esquemática na perspectiva da identificação das diferenças, servindo de base para que possamos desenvolver a análise propriamente dita das informações coletadas a campo e dos resultados a que pudemos chegar no marco dessa pesquisa.

5.1 As microrregiões e suas especificidades

5.1.1 Morro Redondo e Microrregião de Pelotas

Morro Redondo é uma localidade situada na microrregião de Pelotas, fazendo parte do que é também conhecido como “Serra dos Tapes”. Trata-se de um município que até 1988 pertencia a Pelotas, estando marcado, sobretudo, pelos traços da imigração alemã e italiana iniciada na segunda metade do século XIX.

A agricultura representa o setor econômico mais importante e as poucas indústrias existentes em seu interior, acham-se vinculadas ao ramo da alimentação, especialmente o pêssego que, indiscutivelmente, é a principal atividade produtiva desta localidade que possui o segundo Produto Interno Bruto a preços de mercado (FEE, 2004) dentre os quatro estudos de caso que formam parte da presente investigação. Entretanto, quando analisamos o PIB per capita, Morro Redondo cai para o penúltimo posto, situação que se repete quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/PNUD).

A leitura de paisagem que desenvolvemos no marco dessa pesquisa revelou um cenário onde a crise de perspectivas parece bastante evidenciada no discurso dos entrevistados. A fruticultura de clima temperado, com ênfase no pêssego, atravessa a queda nos preços pagos pelas indústrias, situação esta que se arrasta ao longo das três últimas décadas, agravada ainda mais pela elevação nos custos de produção dos pomares. A cultura do fumo, em regime de integração vertical, tem ampliado o número de produtores em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais.

O quadro geral é bastante preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que, no contexto mais amplo, enfrenta-se a um cenário de crise de expectativas e estagnação.

Dos 5.998 habitantes de Morro Redondo, 64,1% residem no perímetro rural. Conforme indica a Tab.4, a área média dos 745 estabelecimentos rurais identificados no censo agropecuário do IBGE é de 22,79 hectares. Nada menos que 55,7% deles possuem até 20 hectares, sendo que 713 são considerados como familiares, segundo os critérios do INCRA/SADE[9] (2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção agropecuária é de R$ 5.952.000,00, sendo que 79,2% é gerado no âmbito da agricultura familiar. Os aspectos gerais de Morro Redondo são representativos de outras localidades da Microrregião de Pelotas, a exemplo de Canguçu e São Lourenço do Sul.

5.1.2 Veranópolis e a Microrregião de Caxias do Sul

Veranópolis, indiscutivelmente, destaca-se como o município com maior desenvolvimento humano dentre os quatro estudados. Conhecido nacionalmente como a "capital da longevidade", situa-se na serra gaúcha e possui uma economia bastante diversificada e dinâmica. As atividades industriais, particularmente as do ramo de calçados, metalurgia e alimentos, favorecem a manutenção de um tecido produtivo bastante denso, responsável pela ocupação de um grande número de trabalhadores procedentes de outros municípios, muitos dos quais foram atraídos pela recente abertura de novos postos de trabalho.

Ainda assim, boa parte da mão-de-obra é formada pelos chamados "colonos-operários"[10], os quais alternam a jornada de trabalho nas fábricas com as atividades agropecuárias em seus próprios estabelecimentos. Na agricultura a produção animal (avícola, suinícola e pecuária leiteira) e a vitivinicultura sobressaem como atividades de grande expressão econômica e social. São estas algumas das razões que explicam o fato do produto interno bruto (PIB) desta localidade ser 2,9 vezes o PIB dos três outros municípios somados para o ano 2004. Esta diferença faz-se igualmente notar à luz dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH).

Dos 19.460 habitantes contabilizados no último censo demográfico, 17,7% vivem no perímetro rural. Há, não obstante, um outro aspecto que se impõe por sua relevância, fazendo com que esse dado tenha de ser visto com certa cautela. Ele diz respeito ao fato de que as condições de infra-estrutura desta localidade fazem com que em muitas partes do município as diferenças entre o ambiente urbano e rural sejam quase que imperceptíveis. Há comunidades rurais, por exemplo, que contam com serviço de iluminação pública e estradas asfaltadas. Boa parte dessa população é empregada em fábricas de calçados e metalúrgicas.

Mas estar empregado em indústrias não implica ruptura em relação ao ambiente rural, posto que muitos destes trabalhadores seguem ali residindo. É por essa razão que Veranópolis é considerada como um exemplo típico do padrão "Terceira Itália" ou da chamada "industrialização difusa" descrita em estudos como os de Saraceno (1994 e 1994a).

De acordo com Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998), há 683 estabelecimentos rurais em Veranópolis, dos quais, 51,1% têm menos de 20 hectares. A área média é 23,19 hectares. Segundo os critérios do INCRA/SADE (2004), 659 estabelecimentos (96,5% do total) são classificados como unidades familiares de produção. O valor bruto da produção agropecuária, como mostra a Tab.4, ascende a R$ 13.761.000,00, sendo 90,4 % gerado no âmbito da agricultura familiar.

5.1.3 Três Palmeiras e a Microrregião de Frederico Westphalen

[9] A expressão SADE refere-se ao Banco de dados da agricultura familiar, trata-se de um estudo publicado em 2000 a partir do projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, disponível em: <http://www.incra.gov.br/sade/default.asp.>

[10] Sobre este tema ver especialmente Seyferth (1974); Sacco dos Anjos (1994 e 2003); Schneider (2003).

A microrregião de Frederico Westphalen é marcada pelos traços da colonização italiana e pela forte presença do elemento indígena. Apresenta alguns municípios em que há uma elevada proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo o município de Três Palmeiras, o qual, entre os quatro estudos de caso, é o que apresenta os piores indicadores socioeconômicos. O PIB *per capita* é 50% inferior ao de Veranópolis, em que pese ainda o fato de haver uma alta concentração de renda numa população em que 62,8% das pessoas vivem no campo.

Há um elemento que é recorrente em Três Palmeiras e em seu entorno, e diz respeito aos efeitos produzidos pelo chamado "império da soja", que desde meados dos anos setenta ergue-se como atividade preponderante no âmbito do eixo norte-noroeste do estado. Ao longo do tempo outras atividades produtivas foram sendo abandonadas e até mesmo a esfera do autoconsumo, tão cara ao *"ethos do colono"*, foi severamente esvaziada (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2006, p. 77), como indicam alguns estudos, no curso dessas transformações.

Como indica a Tab.4, há 740 estabelecimentos rurais em Três Palmeiras, cuja área média é 19,66 hectares. Desse total, 724 (97,8%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R$ 6.575.000,00 sendo 72,4% procedente da agricultura familiar.

5.1.4 Salvador das Missões e a Microrregião de Cerro Largo

Inserido na região missioneira gaúcha, na fronteira com a República Argentina, Salvador das Missões é um município influenciado pelos traços da cultura guaranítica, cuja história recente é marcada pelo assentamento de imigrantes alemães ocorrido no começo do século XX. Desde 1902, data de chegada dos primeiros moradores ao noroeste gaúcho, até a completa implantação das comunidades, foi sendo forjado um estilo de vida identificado com os mesmos traços da colonização germânica operada em outros rincões da geografia do Brasil meridional. A colônia, enquanto espaço de produção e reprodução social, e a "*stadtplatz"* (vila) como *locus* das atividades econômicas, sociais e sede administrativa (SEYFERTH, 1974).

A suinocultura foi a base econômica no espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, mantendo-se como alternativa de renda para um reduzido número de propriedades na atual conjuntura. O período entre 1970 e 1985 evidencia uma etapa caracterizada pela "revolução verde", no qual verifica-se a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de cereais.

Este momento é marcado, entre outros aspectos, pela consolidação do "binômio trigo-soja", haja vista a vocação natural dos solos para implantação de lavouras mecanizadas. Nas atuais circunstâncias as atividades agropecuárias representam, indiscutivelmente, o fulcro da matriz econômica e produtiva desta localidade, com ênfase nas culturas de soja, trigo, milho e sorgo, ao lado da produção leiteira, que vem recebendo incentivos e fomento por parte do poder público municipal.

O fato a ser destacado é que desde o chamado *"boom* da soja*"* houve transformações profundas na fisionomia da região, sendo Salvador das Missões mais um exemplo emblemático dos efeitos da especialização produtiva no que afeta à expulsão reiterada da força de trabalho das explorações familiares. Na atual conjuntura os fluxos migratórios para outras regiões do Estado e do país arrefeceram em decorrência do reconhecimento, por parte dos agricultores, de que os destinos tradicionais para os expulsos do campo, mormente grandes cidades e capitais, reduziram enormemente sua capacidade de absorvê-los enquanto força de trabalho industrial.

Trata-se de um município jovem, emancipado há pouco mais de quinze anos, desmembrado de Cerro Largo, possuindo 2.665 habitantes, dos quais 68% são considerados como rurais. Esta localidade conta com um dos mais altos índices de alfabetização do Estado do Rio Grande do Sul. Este dado e outros indicadores socioeconômicos fazem com que Salvador das Missões possua o mais alto indicador de desenvolvimento (IDH) da microrregião em que se encontra inserido. Situa-se no segundo posto dentre os quatro municípios investigados em relação a estes quesitos, muito próximo à situação de Veranópolis.

Os dados do PIB total situam Salvador das Missões no terceiro posto, entretanto, quando examinamos a situação do ponto de vista do PIB *per capita* o município ascende para o segundo posto. Há uma melhor distribuição da riqueza, assim como a quase total inexistência de pessoas em situação de pobreza ou de indigência.

O Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998) registrou a existência de 608 estabelecimentos rurais que possuem uma área média de 14,11 hectares (a mais baixa dentre os quatro municípios estudados). Desse total, 597 (98,2%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R$ 5.690.000,00, sendo 95% proveniente da agricultura familiar.

Tabela 4. Produto Interno Bruto, PIB *per capita*, IDH e outros indicadores referentes aos estudos de caso da Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Indicadores	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
PIB Municipal - 2004 (em mil reais)	64.331,25	447.071,85	42.892,18	46.505,57
PIB per capita (R$)	10.792,02	21.520,74	9.726,12	17.811,40
IDH Municipal - 2000	0,770	0,850	0,767	0,813
Valor bruto da agropecuária (em mil reais)	5.952,40	13.761,40	6.575.0	5.690,00
População Total	5.998	19.460	4.620	2.665
População Rural	3.847	3.449	2.900	1.815
Nº total de estabelecimentos (IBGE)	745	683	740	608
Área média dos estabelecimentos	22,79	23,19	19,66	14,11
Nº de explorações familiares	713	659	724	597
Nº explorações pesquisadas	62	59	59	58

Fonte: INCRA/SADE (2004), Estatísticas (FEE), Censo Demográfico 2000.

5.3 A evolução recente da previdência social nas áreas de estudo

Na seção 4 deste artigo analisamos a evolução da previdência social do ponto de vista da clientela urbana e rural, tanto na perspectiva do número quanto do valor dos benefícios. Na ocasião reiteramos que o total de benefícios de prestação continuada pagos ao conjunto da população gaúcha (urbana e rural) cresceu a uma taxa anual equivalente a 0,29% no período compreendido entre 2001 e 2006. Entretanto, no âmbito rural a taxa de crescimento anual é ainda inferior, correspondente a escassos 0,20%.

Para esse mesmo período de tempo demonstrou-se que houve um pequeno crescimento na participação da "clientela rural" no conjunto de benefícios de prestação continuada da previdência social rural no Rio Grande do Sul, considerando que estes absorviam 18,7% do montante, em 2001, passando para 20,4% em 2006.

A questão agora é examinar essa mesma evolução do ponto de vista das microrregiões que integram os estudos de caso dessa pesquisa. Essa abordagem permite identificar algumas

diferenças significativas com relação ao peso da "clientela rural" em cada uma delas, como resultado do importância da agricultura na formação da riqueza local e microrregional. Analisar-se-á tanto a evolução no número de benefícios de prestação continuada quanto do volume de recursos disponibilizados para a população urbana e rural.

5.3.1 A microrregião de Pelotas

Os dados da Pesquisa de Campo (2007) indicam que no período enfocado (2001-2006) houve uma expansão correspondente a 12,9% no número total de benefícios de prestação continuada (urbanos e rurais) pagos pelo INSS, chegando em 2006, com um total de 1.139.415 entre aposentadorias, pensões e amparos que ingressaram na microrregião de Pelotas. Mas a participação da clientela rural nesse incremento foi de apenas 5,4% no período enfocado. De fato, como mostra a Fig.3, houve inclusive uma queda na participação percentual dos benefícios rurais com relação ao número total de benefícios pagos pela previdência social, passando de 32,0% em 2001, para 29,8% em 2006.

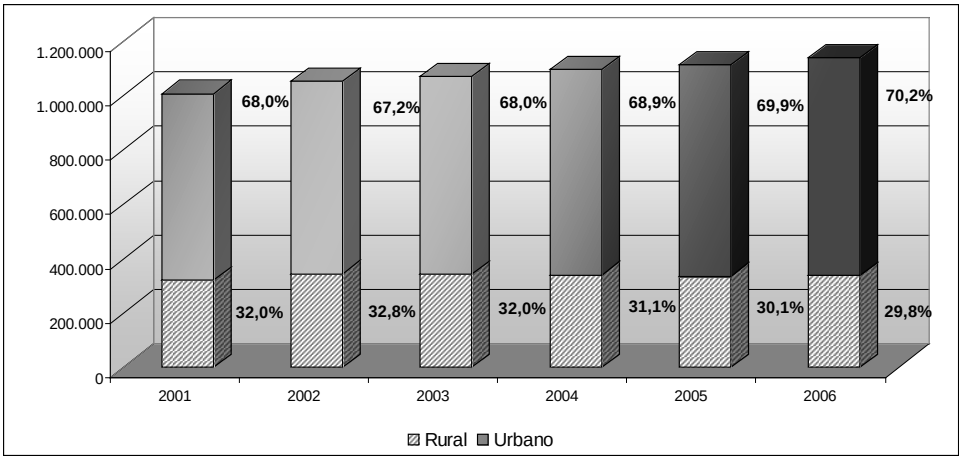


Figura 3. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Pelotas, período 2001-2006. Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

A avaliação do ponto de vista do volume de recursos disponibilizados (Fig.4) mostra um crescimento de quase 94% no volume total de recursos da previdência social, sendo que o incremento do montante destinado ao rural equivale a 100%. Esse crescimento é resultante da elevação do piso dos benefícios pagos pelo INSS e não, como algumas avaliações apressadas supõem, do crescimento no número de beneficiários.

A participação percentual da clientela rural no montante de recursos previdenciários é estável, passando de 21,0% em 2001 para 21,7% em 2006. Esse cenário é influenciado pelo padrão demográfico da microrregião de Pelotas com um forte peso da população urbana em relação à rural, puxado, sobretudo, pela situação do município de Pelotas em relação às demais localidades.

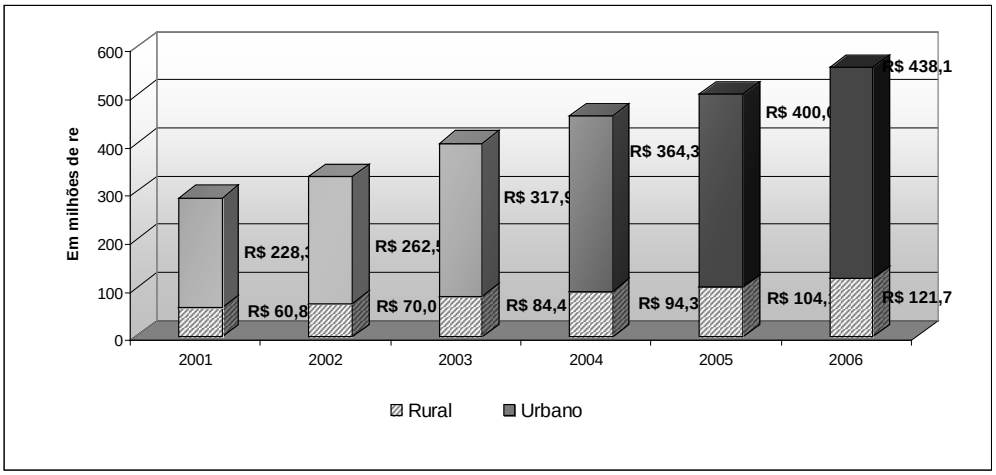


Figura 4. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Pelotas, período 2001-2006 (em milhões de reais). Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

5.3.2 A microrregião de Caxias do Sul

A microrregião de Caxias do Sul expressa também um padrão demográfico marcado pelo rápido incremento da população urbana, fruto das migrações intra e inter-regionais dos últimos anos, tendo Caxias do Sul como cidade pólo e destino primordial dos fluxos migratórios. A expansão no número de benefícios totais (urbanos e rurais) foi da ordem de 22,9% entre 2001 e 2006. Todavia, o incremento no número de benefícios estritamente rurais foi um pouco superior, equivalente a aproximadamente 24,0%. Mas através dos dados da Fig.5 vemos que a participação percentual dos benefícios rurais é praticamente a mesma durante o intervalo de tempo considerado, chegando em 2006 com 20,6% do total de benefícios de prestação continuada pagos pelo INSS.

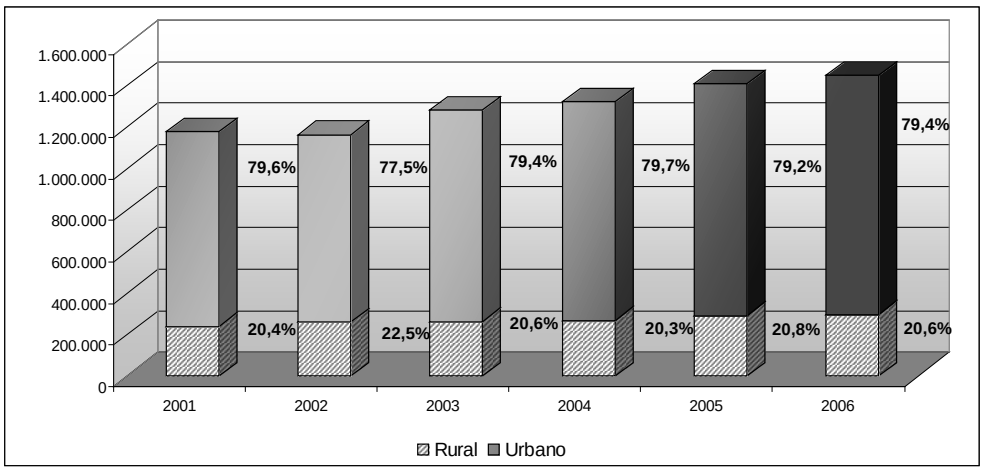


Figura 5. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Caxias do Sul, período 2001-2006. Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Quando examinamos a evolução do montante de recursos da seguridade social, vemos que houve uma elevação substancial no período (98,9%), com destaque para um incremento importante na participação da clientela rural, correspondente a quase 130% (Fig.6).

Os recursos pagos à população rural passaram de uma participação percentual correspondente a 9,2% para 10,6% no intervalo de tempo considerado. Além da questão da correção no valor das aposentadorias, a expansão nesse montante pode haver sido

influenciada pela crescente ampliação na população idosa numa região, que como vimos, tem uma das mais elevadas esperanças de vida ao nascer de todo o país, contribuindo, em última instância, para um crescimento no universo de beneficiários da previdência social.

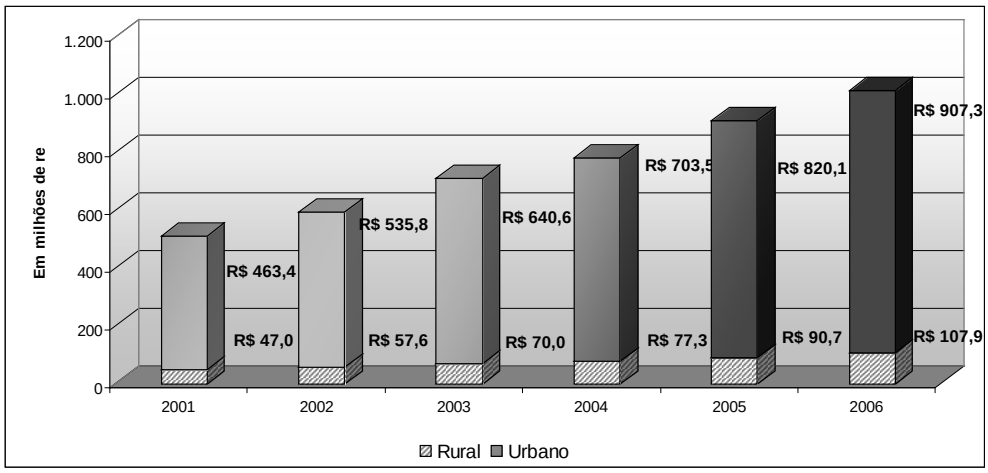


Figura 6. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Caxias do Sul, período 2001-2006 (em milhões de reais). Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

5.3.3 A microrregião de Frederico Westphalen

A primeira impressão que se tem ao observar os dados da Fig.7 é a preponderância indiscutível da clientela rural em relação à urbana. Nessa parte da geografia gaúcha, também conhecida como "Alto Uruguai", não se tem uma cidade de porte equivalente, em termos demográficos, ao constatado nas microrregiões de Pelotas e Caxias do Sul, como vimos anteriormente. Trata-se de um território marcado pela existência de 26 pequenos municípios cuja atividade econômica principal é a produção agropecuária.

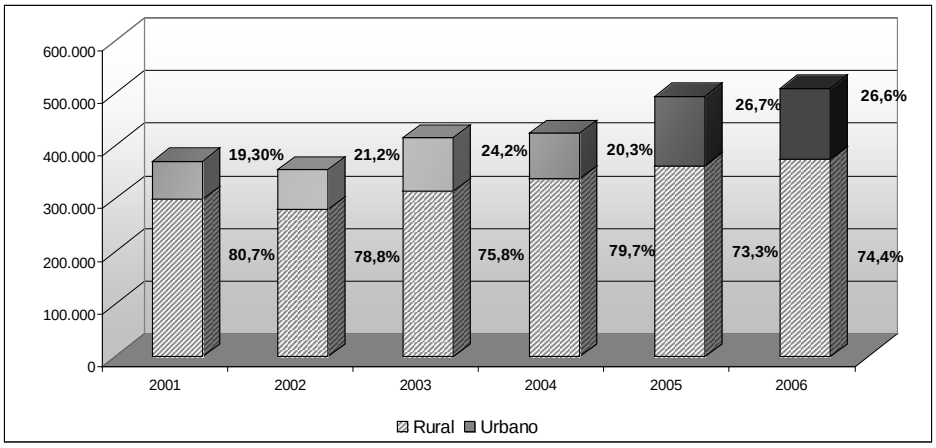


Figura 7. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Frederico Westphalen, período 2001-2006. Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Entre 2001 e 2006 (Fig.7) tem-se um aumento no número total de benefícios de 37,3%, sendo que o incremento da clientela rural é bastante inferior (24,9%). Esse comportamento é importante e pode estar relacionado ao êxodo rural verificado[11] numa região

[11] Esse dado merece ser investigado com atenção redobrada, havendo alguns indícios das transformações que incidem sobre essa parte do território gaúcho. Segundo a Contagem da População 2007 do IBGE, apenas quatro dos 26 municípios da microrregião destacada (Ametista do Sul, Cristal do Sul, Frederico Wetphalen e Pinheirinho do Vale) experimentaram crescimento populacional. Os 22 municípios restantes tiveram decréscimo

fortemente afetada pelas últimas crises na atividade agropecuária (seca, crise cambial, etc.). A participação percentual deste coletivo passa de 80,7% para 74,4%.

Com relação ao montante de recursos disponibilizados pela seguridade social, constata-se um aumento equivalente a 152,8% no período, sendo que o montante correspondente aos aposentados e pensionistas rurais alcançou 119,2%. A participação da clientela rural nas aposentadorias, pensões e amparos pagos durante esse espaço de tempo, como mostra a Fig.8 passou de 69,9% para 60,6%.

5.3.4 A microrregião de Cerro Largo

De longe a microrregião de Cerro Largo é a que exprime o mais baixo grau de urbanização e concentração demográfica dentre as quatro áreas estudadas. Como indica a Fig.9, o número total de benefícios de prestação continuada se viu aumentado em 36,9%, considerando que a elevação da parcela estritamente rural atingiu 30,7%. Entre 2001 e 2006 o percentual de benefícios destinados a esta clientela passou de 85,0% para 80,8% pelas razões anteriormente expostas.

A análise que se faz, à luz dos dados da Fig.10, indica um notável aumento no volume de recursos aplicados pela seguridade social na microrregião de Cerro Largo. O montante global dos recursos previdenciários e a porção correspondente à clientela exclusivamente rural viram-se aumentados em 168,5% e 148,5%, respectivamente. Outrossim, o percentual de participação da clientela rural reduziu-se, passando de 77,1% para 71,3%.

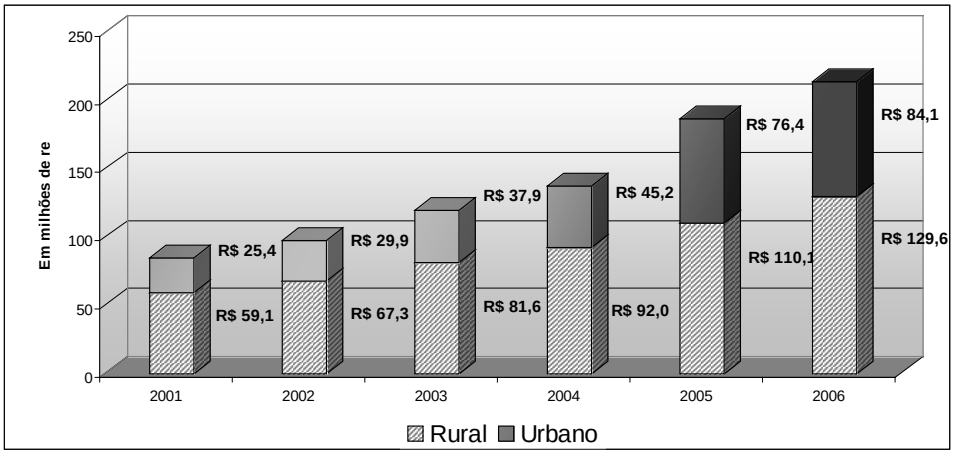


Figura 8. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Frederico Westphalen, período 2001-2006 (em milhões de reais). Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

no número de habitantes, com destaque para Engenho Velho (-25,8%), Constantina (-15,6%), Alpestre (-12,6%), Rio dos Índios (-10,6%), Erval Seco (-10,5%) e Três Palmeiras (-5,0%).

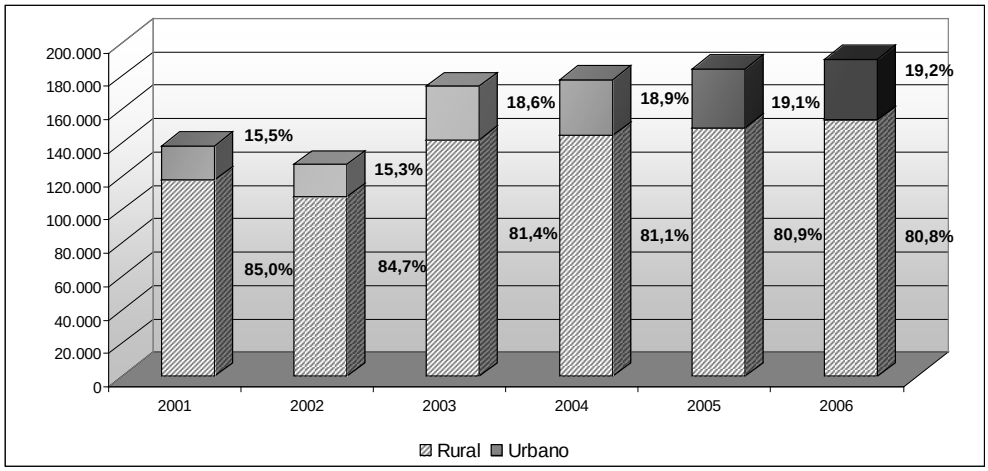


Figura 9. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Cerro Largo, período 2001-2006. Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

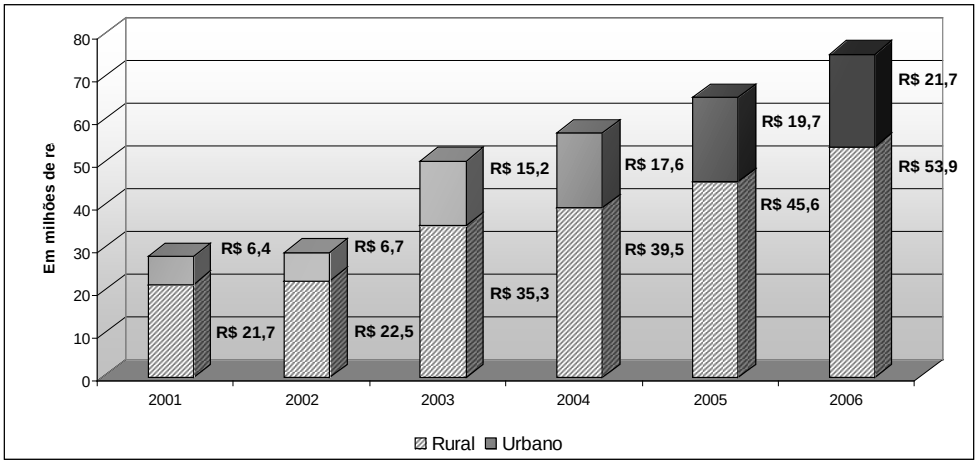


Figura 10. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Cerro Largo, período 2001-2006 (em milhões de reais). Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

A fragilidade do tecido social e produtivo é clara nessa região, assim como a forte dependência da economia no desempenho da produção agropecuária. As últimas secas, o aprofundamento da modernização tecnológica, com todas suas implicações (diminuição da mão-de-obra ocupada, aumento da competitividade, etc.) contribuem, conjuntamente, para fortalecer uma dinâmica perversa de expulsão da população regional. Os últimos dados da Contagem da População 2007 do IBGE evidenciam um padrão demográfico similar ao verificado na microrregião de Frederico Westphalen, em que pese o fato dos dez municípios que a integram apresentarem redução no número de habitantes. O destaque fica a cargo de Caibaté (-29,9%), Campinas das Missões (-9,6%), Sete de Setembro (-9,6%) e Guarani das Missões (-7,3%).

Algumas ilações poderiam ser formuladas no sentido de mostrar que esse quadro seria ainda mais dramático, caso não houvesse essa importante política pública, cujo principal impacto tem sido no sentido de arrefecer a expulsão da população rural e urbana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa aqui relatados representam uma pequena parcela do universo de informações levantadas a campo, no marco de um estudo que teve por premissa apresentar uma rigorosa aproximação sobre a diversidade de situações que se ocultam no âmbito da agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Inevitavelmente procurou-se demonstrar o quão distintas podem ser as condições de existência social das famílias rurais gaúchas, muitas das quais dependem, não apenas da generosidade dos frutos da terra e da boa vontade das condições climáticas, mas de um amplo leque de estratégias agrícolas e não-agrícolas.

O mérito indiscutível dos novos estudos sobre o rural brasileiro é justamente demonstrar a grande contribuição da previdência social rural na preservação do tecido social e produtivo de um grande número de localidades brasileiras, tal qual buscou-se aqui evidenciar nos quatro estudos de caso.

Torna-se fundamental avançar no debate sobre essas questões num momento que coincide com a retomada das discussões em torno das reformas no sistema de seguridade social, transcorridos quinze anos desde que as mudanças foram efetivamente implementadas, cujos impactos foram decisivos sobre o conjunto da população rural brasileira.

Mesmo entre localidades com alto Índice de Desenvolvimento Humano, a previdência social é hoje um dos grandes esteios da economia local. Para municipalidades submetidas a condições exatamente opostas, a previdência ergue-se hoje como instrumento através do qual torna-se possível garantir a permanência de pessoas no campo e nos pequenos municípios brasileiros. A expectativa de conquista desse direito de aposentadoria faz com que muitas famílias, ao longo de seu ciclo vital, incorporem a questão da previdência nos quadros de referência que orientam suas respectivas escolhas e estratégias de sobrevivência.

O recebimento de rendas alheias à esfera da produção agropecuária, como é o caso das pensões e aposentadorias não implica ruptura com a lógica do balanço consumo-trabalho apregoada por Chayanov[12] para explicar a morfologia camponesa, mas certamente alteram-se as condições em que se desenvolve o ciclo vital das unidades familiares de produção. Essa afirmação se impôs no contato com a realidade concreta, particularmente nos depoimentos dos agricultores entrevistados e de outros membros das famílias rurais.

O recebimento dessas rendas supôs garantias aos agricultores, aliviando a estrita dependência no desempenho das atividades agropecuárias. Há, entretanto, outros aspectos fundamentais, os quais, ainda que não representassem o objeto central da presente investigação, são essencialmente importantes, como a questão do resgate da auto-estima dos agricultores e agricultoras propiciada pelo fim do tratamento diferenciado da "clientela rural" em relação à urbana.

Nesse plano se insere a questão do papel transcendental jogado pelas políticas públicas na sustentação e dinamismo das atividades econômicas no âmbito das pequenas localidades, a distribuição da renda entre as regiões do país e a redução das desigualdades sociais.

Os dados obtidos junto às instituições públicas revelam que não se sustenta a tese de que há uma expansão no sistema de aposentadorias e pensões, tal como vem sendo apresentado por certos setores da academia e especialmente no âmbito de instituições governamentais. O grande crescimento no número de aposentadorias, pensões e amparos verificado na década de noventa arrefeceu e inclusive vem se reduzindo em algumas regiões do país, particularmente em algumas das áreas de estudo que fizeram parte dessa pesquisa, não obstante um cenário de incremento na esperança de vida da população rural.

7 REFERÊNCIAS

[12] Ver a propósito CHAYANOV (1974).

BALSADI, O. V. Comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003. In: *Informações Econômicas*, IEA, São Paulo, v. 35, nº 9, 2005. p. 38-49
BEZERRA, A. J. A. *A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul.* 2006. 126p. Tese (Doutorado em Agronomia), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas
BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Agropecuário – 1995/1996***.** Nº 22, Rio Grande do Sul. R. de Janeiro, Brasil, 1998.
BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico – 2000,* R. de Janeiro, Brasil, 2001.
CALSAVARA, R. P. A Previdência muito além da questão social. In: *Conjuntura Social*, Brasília: MPAS, ACS, jan-mar, 2001. p. 37-68.
CAMARANO, A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinqüenta anos. In: *Anais do XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 1997. 20 p. (mimeo)
CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (ed.) *O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste).* V. 4, Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 194 p
DAVID, M. D. et al. Previdência Rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: *Anais do Seminário FAO/CEPAL/RIMISP: Experiências exitosas de combate à pobreza rural na América Latina*. Ago/set, Santiago, Chile, 1999.
DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. 1999. 222 p. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.
DELGADO, G. e CARDOSO Jr., J. C. *O idoso e a previdência rural no Brasil: e experiência recente da universalização***.** Brasília: IPEA, dezembro de 1999. 23 p. (Textos para discussão nº 688)
DELGADO, G. e CARDOSO Jr., J. C. (coord). *A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000. 242 p.
FRANÇA, A. S. A importância da previdência social na economia dos municípios brasileiros e o resgate da cidadania. In: *Conjuntura Social*, V. 14, nº 1, Maio-Ago. Brasília: MPS, ACS. 2003. p.15-40.
GASSON, R. e ERRINGTON, A. *The Farm Family Business*. Wallingford, Cab International, 1993.
GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro.* UNICAMP/Instituto de Economia, Campinas, 1999.
MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. *Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate*. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para Discussão nº1283)
PNUD/IPEA/FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.* Brasília: IPEA/Fundação João Pinheiro, 2003.
SACCO DOS ANJOS, F. "A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos part time farmer´s em Santa Catarina" In: *Anais del XXXII Congresso brasileiro de economia e sociologia rural*, v. I, Brasília, 1994. p. 442-449.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil***.** UFPEL, Pelotas. 2003.
SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. In: *Revista Ensaios (FEE)*, Porto Alegre, V. 26, n. 1, 2005. p. 661-694
SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. V. Pluriactividad y sucesión de la agricultura familiar en el sur de Brasil. In: *Perspectivas Sociales*, V. 8, nº 2, Monterrey, Nuevo León, México, 2006. p. 61-91.
SARRACENO, E. Alternative Readings of Spatial Differentation: the rural versus local economy approach. In: *European Review of Agricultural Economics*, V.4, nº 1, Italy, 1994. p.451-474.
SARRACENO, E. Recent Trends in Rural Development and their Conceptualization. In: *Journal of Rural Studies*, V.10, nº 4, London, 1994a. p. 321-330.
SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2003.
SEYFERTH, G. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico***.** Porto Alegre: Movimento, 1974. 159 p. (Coleção Documentos Brasileiros).

8 AGRADECIMENTOS

Os autores do artigo agradecem o apoio do CNPq, através do financiamento a projetos de pesquisa (Edital Universal 2006), bem como à concessão de bolsa de mestrado, sem o qual esse trabalho não poderia ser realizado.